

COMISSÃO DE COGESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021



A Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021, em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto.

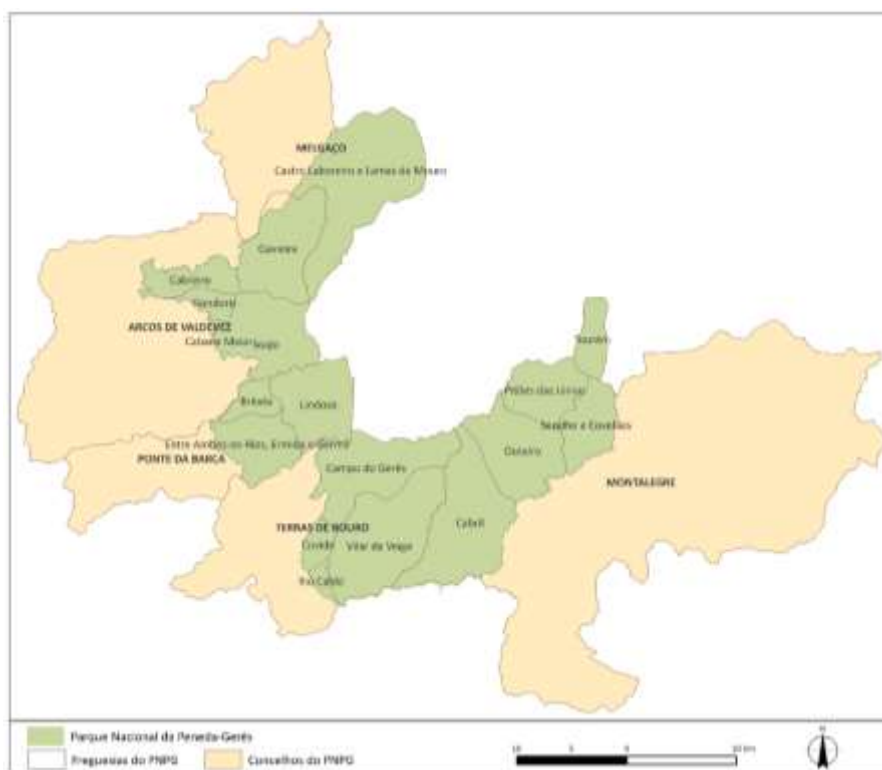
I. BREVE CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) foi criado em 1971 e integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas, gerida pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, I.P.).

É o único Parque Nacional em Portugal. Possui uma geodiversidade com aspetos particulares, ecossistemas relativamente extensos e pouco alterados pelo Homem, uma grande biodiversidade e valores naturais de relevante interesse para a conservação da natureza.

Ocupa uma extensa área territorial com cerca de 70 mil hectares, distribuída por 5 concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre. Geograficamente, abrange o Planalto de Castro Laboreiro, as serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês e o Planalto da Mourela.

Para além de Parque Nacional, o território integra grande parte do SIC Peneda-Gerês e da ZPE Serra do Gerês (futura ZEC Peneda-Gerês, Zona Especial de Conservação), é totalmente abrangido pela Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e inclui a Reserva Biogenética das Matas de Palheiros e Albergaria.



1.1 Fatores naturais

O PNPG localiza-se numa região montanhosa, com cotas geralmente acima dos 700 metros, atingindo os 1.545 metros de altitude na Nevosa (serra do Gerês). Apresenta uma geodiversidade que, em termos de rochas, é marcada pelo domínio de diversas variedades de rochas graníticas formadas há cerca de 300 milhões de anos. O relevo irregular e acidentado e a geomorfologia granítica são das principais características deste território, sendo frequentes na paisagem as medas, os borrageiros, as rochas em forma de cogumelo, os *tors*, as bolas graníticas, as pias, entre outras formas geológicas. Nos cumes das principais serras existem vestígios deixados pelos glaciares (vales em U, circos glaciários, moreias, rochas aborregadas), testemunhos de um clima bem mais frio que o atual que existiu na região há cerca de 20 mil anos. Destacam-se ainda os inúmeros vales e corgas que albergam uma densa rede hidrográfica (parte das bacias dos rios Minho, Lima, Homem e Cávado), alimentada pelos maiores índices de pluviosidade do país. Alguns destes vales desenvolvem-se ao longo de falhas geológicas, algumas delas ativas. A diversidade mineral é também significativa neste território. O volfrâmio, estanho, berilo, e mesmo o ouro, já foram outrora aqui explorados. As características únicas da água que brota das diversas nascentes permitem utilizá-la para fins medicinais e como água de mesa. As condições do meio físico e a existência de um clima de influência atlântica, mediterrânica e continental determinam, por outro lado, a excecionalidade desta área protegida em termos de habitats e biodiversidade. A flora do Parque Nacional é um verdadeiro tesouro botânico, com espécies que possuem um grande valor florístico, como é o caso do feto-do-gerês, do narciso-de-trombeta, do lírio-do-Gerês, da orvalhinha e da pinguicola. Muitas plantas são endemismos ibéricos e outras encontram neste território o único local de distribuição em Portugal. Os carvalhais, os bosques ribeirinhos, os pinhais de pinheiro-silvestre, as turfeiras e os matos são alguns dos habitats mais importantes ou característicos deste Parque. A esta diversidade botânica alia-se um importante valor faunístico, com a ocorrência de espécies emblemáticas como o corço, símbolo do Parque Nacional, o lobo-ibérico que, apesar de estar classificado como espécie em perigo de extinção, mantém neste território uma população estável ao longo dos últimos anos, e a cabra-montês. Na avifauna assinala-se uma grande diversidade de espécies, embora muitas aves sejam migradoras e por isso apenas podem ser observadas em algumas épocas do ano. Destacam-se pelo seu estatuto de conservação o tartaranhão-cinzento, a gralha-de-bico-vermelho, o cartaxo-nortenho e a narceja que tem no PNPG o único local de reprodução conhecido para Portugal. Das espécies associadas aos cursos de água e meio ribeirinho referem-se a truta-de-rio, a panjorca, a lontra, a toupeira-de-água, a rã-ibérica, a salamandra-lusitânica, o lagarto-de-água, entre outras. Destacam-se ainda a

ocorrência de espécies com particular importância como a marta, o arminho, a víbora-de-Seoane e a víbora-cornuda, entre as muitas que marcam presença no Parque.

1.2 Fatores sociais e culturais

O território do PNPG foi palco de uma ocupação humana desde os tempos do Neolítico, do qual datam as grandes necrópoles megalíticas, como a do Planalto de Castro Laboreiro. A arte rupestre é também marca imponente de um passado remoto, destacando-se o santuário do Penedo do Encanto, em Lindoso, datável da Idade do Bronze. Da ocupação pré-romana são muitos os habitats fortificados que pontuam os altos, como o Castro de Outeiro. Da presença romana, além de todo um substrato cultural, ficaram os vestígios de vários equipamentos, sendo a Geira (via romana XVIII) um caso excecional pelo bom estado de conservação e pela quantidade de miliários. Dos tempos medievos evidenciam-se os grandes castelos, como o de Castro Laboreiro e o de Lindoso, mas também a religião marcou o seu lugar, sendo o Mosteiro de Santa Maria das Júnias um dos melhores exemplos. Somam-se à paisagem milenar outras construções mais recentes, criadas pelo homem de forma engenhosa para resistir às agruras da serra. Os fojos, os espigueiros, os moinhos, os fornos comunitários, as levadas, os socalcos, as calçadas e os abrigos de pastores são alguns exemplos e também marcas do espírito do comunitarismo e de entajuda que caracterizava as comunidades serranas, e que ainda hoje se revelam em muitas atividades tradicionais ligadas à agricultura e à pastorícia. Além dos vestígios materiais, o património imaterial deste território é considerável, mantendo-se até hoje exemplos únicos de exploração do espaço, de manifestações religiosas e de práticas comunitárias. Atualmente, o Parque Nacional é ainda um território com uma forte presença humana, sendo habitado por cerca de 9.000 pessoas (dados de 2011). Apresenta um quadro demográfico em franco declínio, muito envelhecido, com impacto muito evidente na alteração da paisagem e dos ecossistemas, fruto do progressivo abandono das práticas agrícolas, de pastoreio e silvícolas tradicionais. A falta de oportunidades (emprego, educação, saúde, entre outros), de meios (infraestruturas, equipamentos e serviços) e de apoio às famílias são os grandes fatores críticos à fixação de população e renovação demográfica.

A agropecuária mantém-se como a principal atividade económica e fonte de rendimento de muitas famílias, a par com as atividades do setor do turismo, a silvicultura, o comércio tradicional e alguma pequena indústria, sobretudo atividades transformadoras associadas aos produtos agrícolas e florestais, bem como a construção civil. O setor do turismo é o que apresenta maior dinamismo e crescimento nos últimos anos e o que emprega população mais jovem.

II. O MODELO DE COGESTÃO DO PNPG

Em alinhamento com a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e em cumprimento com o previsto na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, instituiu o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas de âmbito nacional, com os seguintes objetivos:

- Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I.P., os municípios e demais entidades públicas competentes;
- Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

O Modelo de Cogestão envolve, a par do Conselho Estratégico previsto no artigo 8º, alínea c) do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e no artigo 9º do Decreto-lei nº 43/2019 de 29 de março, uma Comissão de Cogestão da área protegida destinada a promover a participação das diversas entidades nacionais, regionais e locais relevantes para o território na gestão da área protegida.

A 3 de março de 2021, através do despacho nº 3022/2021 emitido pelos Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, foi determinada a composição da comissão de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

A comissão de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês é um órgão próprio do modelo de cogestão, que funciona junto da área protegida com funções de natureza operativa.

A duração do mandato da comissão de cogestão é de quatro anos.

2.1 Composição da comissão de cogestão

A comissão de cogestão é composta pelos seguintes elementos:

- a) O Presidente da Câmara de Arcos de Valdevez, que preside à comissão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro;
- b) A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte, sendo substituída, nas situações de impedimento ou ausência, pela Chefe da Divisão de Cogestão das Áreas Protegidas do Norte;
- c) O Reitor da Universidade do Minho, em representação das instituições do Ensino Superior, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Vice-Reitor;
- d) O Representante das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de defesa do Ambiente;
- e) O representante dos Baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês;
- f) O representante da Direção regional de Agricultura e Pescas do Norte;
- g) A representante da ADERE-Peneda- Gerês.

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Municípios do PNPG	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (Presidente- João Manuel Esteves)
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Direção Regional do Norte (Diretora- Sandra Sarmento)
Instituições do Ensino Superior	Universidade do Minho (Reitor- Rui Vieira de Castro)
ONGA, indicada pela CPADA	Fernando Cerqueira Barros
Baldios do PNPG	Associação Atlântica – Presidente Durval Gave
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	Diretor Regional Adjunto- Luís Brandão Coelho
ADERE-Peneda Gerês	Administradora Delegada- Sónia Almeida

A Comissão de Cogestão conta ainda com o apoio da ADERE-Peneda Gerês para desenvolver as atividades prioritárias para a dinamização e promoção da Cogestão do PNPG, enquanto entidade beneficiária, financiada para esse efeito pelo Fundo Ambiental, pelo período de 3 anos.

Foi também constituída a Estrutura de Apoio, tendo sido designados por cada uma das entidades da comissão de cogestão os interlocutores que mais diretamente trabalharão as questões relacionadas com a cogestão, sendo essa estrutura de apoio coordenada pelo ICNF.

2.2 Competências da comissão de cogestão

- a) Garantir que a cogestão da área protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida;
- b) Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade;
- c) Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;
- d) Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das Administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos;
- e) Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro -silvo -pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza;
- f) Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis;
- g) Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da área protegida;
- h) Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar;
- i) Elaborar e aprovar os instrumentos de gestão, após parecer do conselho estratégico;
- j) Executar os instrumentos de gestão;
- k) Consultar o conselho estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da área protegida;

- l) Identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a essas mesmas linhas;
- m) Acompanhar a elaboração, alteração ou revisão do programa especial da área protegida;
- n) Elaborar e aprovar o regulamento interno necessário ao seu bom desempenho;
- o) Divulgar e garantir o conhecimento, a todo o público em geral, da informação relevante produzida no âmbito da cogestão, incluindo informação relativa aos instrumentos de financiamento.

III. PLANO DE ATIVIDADES: METODOLOGIA

Considerando os objetivos específicos constantes do Anexo III do Protocolo estabelecido entre o Fundo Ambiental, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e a ADERE-Peneda Gerês, abaixo apresentados,

Objetivos específicos:

1ª Fase- Arranque do Modelo de Cogestão

- A) Dinamização do Modelo de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês
- B) Envolvimento dos principais atores locais na cogestão da área protegida
- C) Promoção da gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão
- D) Levantamento e planeamento no âmbito da sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente no PNPG
- E) Elaboração e aprovação do plano de cogestão e respetivo financiamento

2ª fase- Consolidação do Modelo de Cogestão

- A) Acompanhamento do Modelo de Cogestão do PNPG
- B) Gestão e Dinamização de parcerias
- C) Promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida
- D) Sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida
- E) Execução do plano de cogestão

o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 foi desenvolvido considerando as atividades que têm de ser implementadas na **1ª fase- Arranque do Modelo de Cogestão**, bem como os resultados que se pretendem atingir.

Nota: Uma vez que se está a apresentar este documento decorridos já 7 meses após o início do ano, algumas das atividades são referidas como já desenvolvidas ou em desenvolvimento, tendo em consideração o período de janeiro a julho de 2021. As restantes atividades são apresentadas como a realizar, devendo no entanto ser considerada a situação pandémica que ainda estamos a viver e que pode atrasar a sua implementação.

IV. ATIVIDADES

As atividades apresentadas estão organizadas em consonância com os objetivos específicos do Anexo III do Protocolo de cogestão, de modo a ser mais fácil a análise e avaliação do realizado, para reporte ao ICNF, à comissão de cogestão e ao Fundo Ambiental.

4.1. Dinamização do Modelo de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês

4.1.1 apoio na concretização do modelo de cogestão- constituição da comissão de cogestão

Até à constituição formal da Comissão de Cogestão do PNPG foi desenvolvido todo um trabalho com as instituições que integram obrigatoriamente a comissão, de acordo como o estipulado no artigo 7º do Decreto-Lei 116/2019 de 21 de agosto. Esse trabalho foi desenvolvido em grande parte ainda em 2020 pelo que não vem refletido neste Plano de Atividades, sendo no entanto importante referir que a constituição formal da Comissão de cogestão do PNPG data de 19 de março de 2021, através da publicação em Diário da República, Despacho nº 3022/2021.

Assim, nos 3 primeiros meses de 2021 o trabalho desenvolvido esteve focado nas questões mais burocráticas necessárias para que todas as entidades estivessem em condições de integrar a comissão de cogestão do PNPG.

4.1.2 apoio à realização das reuniões da comissão de cogestão

Esta atividade é transversal a todo o período em que decorre a implementação do Modelo de Cogestão do PNPG, prevendo a preparação das reuniões, proposta da ordem de trabalhos, elaboração das convocações e organização das reuniões.

A organização das reuniões pressupõe ainda a escolha do local, considerando a vontade dos membros da Comissão de Cogestão de que a sua realização fosse acontecendo nos cinco municípios que integram o PNPG.

Até à data, e considerando, como já foi referido, que algumas das atividades já foram realizadas, contabilizam-se já 3 reuniões da comissão de cogestão, estando previstas até dezembro de 2021 a realização de mais 9 reuniões.

Após as reuniões serão lavradas as atas das mesmas, que terão de ser enviadas a todos os elementos da Comissão da Cogestão que nelas participaram, para sua aprovação.

Sempre que necessário e por decisão da comissão de cogestão do PNPG, os elementos que integram a estrutura de apoio bem como o grupo de trabalho do setor do turismo poderão ser chamados a participar nestas reuniões.

4.1.3 definição do modo de relacionamento entre os elementos da comissão de cogestão

Para concretização desta atividade foi desenvolvido um regulamento interno de funcionamento da comissão de cogestão, tendo esse regulamento começado a ser preparado em fevereiro de 2021 e concluído e aprovado em junho.

4.1.4 estabelecimento de compromissos estratégicos entre os diferentes elementos integrantes da comissão

Para que a comissão de cogestão possa funcionar de forma eficaz e eficiente, foi constituída a estrutura de apoio, coordenada pelo ICNF e com elementos de todas as instituições que integram a Comissão de Cogestão, pessoas altamente qualificados para desempenhar as funções de análise, preparação e apresentação de propostas e documentos para implementação de todas as ações decorrentes do modelo de cogestão do PNPG.

4.1.5 proposta do plano anual de atividades e orçamento

Documento que deveria ter sido apresentado em dezembro de 2020, só agora foi elaborado devido aos atrasos que se foram verificando ao longo dos meses provocados pela situação pandémica vivida.

4.2 Envolvimento dos principais atores locais na cogestão da área protegida

4.2.1 Identificação dos principais atores locais por setor de atividade

Esta é uma das atividades mais importantes para dar cumprimento ao objetivo específico em que se insere e que fará toda a diferença no sucesso que se pretende atingir com a implementação do modelo de cogestão. Por esse motivo tem de ser um trabalho minucioso, exaustivo, que obriga a grande partilha de informação entre os membros da comissão de cogestão, de modo a que não se verifiquem falhas na identificação destes atores.

Este trabalho já foi iniciado, já existem listagens prévias de todos os atores locais, que estão neste momento a ser revistas pelos membros da comissão de cogestão.

Prevê-se que o documento esteja concluído até final de agosto de 2021.

4.2.2. comunicação do modelo de cogestão aos atores locais

A execução desta atividade pressupõe o desenvolvimento de uma brochura através da qual se consiga transmitir informação sobre o que é a cogestão das áreas protegidas em geral e o modelo de cogestão do PNPG em particular.

Entendeu a Comissão de Cogestão do PNPG de que esta brochura deveria ser uniforme para todas as áreas protegidas do país, tendo sido feita a proposta de que houvesse uma brochura base, que pudesse depois ser adaptada a cada uma das áreas em concreto.

Prevê-se a distribuição da brochura aquando da realização das **sessões participativas** que decorrerão em outubro e novembro de 2021.

A comissão de cogestão do PNPG definiu no entanto como estratégia de comunicação, não só a distribuição da brochura mas também a realização de **sessões públicas de apresentação do Modelo de Cogestão (descritas no ponto 4.3).**

4.2.3. caracterização do território e identificação de constrangimentos/potencialidades na gestão da área protegida na perspetiva dos atores locais

A Comissão de Cogestão optou por subdividir esta atividades em duas partes, de modo a que possa no final da sua conclusão existir um documento respeitante à caracterização do território nos seus diversos aspetos e um documento com a identificação dos constrangimentos/potencialidades (diagnóstico do Território).

Esta atividade já começou a ser desenvolvida em fevereiro de 2021, sendo que se prevê a ter o documento do diagnóstico pronto em final de agosto de 2021 e o documento da caracterização do território em meados de outubro de 2021.

4.2.3.1 Análise da situação de referência

De modo a poder ter informação sobre o que existe já no território do PNPG, quer ao nível de infraestruturas físicas como ao nível de publicações, materiais de divulgação, sites de promoção, entre outros, vai ser produzido um documento que permita a todos os membros da Comissão de Cogestão referenciar o existente.

4.2.4. identificação de prioridades/necessidades do território pelos atores locais e de potenciais áreas de atuação conjunta

A Comissão de Cogestão está a proceder à identificação das potenciais áreas de atuação a discutir no seio da comunidade local. Para isso está a apresentar nas sessões públicas as

temáticas que entende como prioritárias, solicitando contributos às entidades presentes para que possam ser melhoradas e/ou acrescentadas temáticas que não tenham sido ainda consideradas.

As temáticas atualmente propostas são as seguintes:

- A) Ambiente e Desenvolvimento Rural**
- B) Educação, formação e cultura**
- C) Ação Social e saúde**
- D) Desenvolvimento Económico**
- E) Proteção, socorro e segurança**

Esta atividade ficará concluída até final de setembro de 2021, de modo a poder dar-se início à atividade seguinte, identificação de propostas de projetos/ações na valorização da área protegida.

4.2.5. identificação de propostas de projetos/ações na valorização da área protegida (pelos atores locais)

Esta atividade vai ser desenvolvida em outubro/novembro de 2021 através da realização de sessões participativas para as quais serão convidadas todas as entidades relevantes, para a definição e priorização de ações em cada uma das temáticas. Para que possa ser feita a proposta de ações e sua priorização foi necessário que a Comissão de Cogestão fizesse um trabalho prévio para determinar quais os eixos e domínios de intervenção.

4.2.5.1 Definição dos Eixos e Domínios de Intervenção

A definição dos Eixos de Intervenção obrigou a um trabalho minucioso e complexo, no sentido de se chegar a um consenso entre todos os membros da CC. Esta complexidade advém do facto de existirem diversos Planos Estratégicos para o Território do PNPG e de ser necessário, sem deixar de dar cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 116/2019 (nº 2 do art. 12º e art 13º) que obriga a que esses eixos e domínios de intervenção estejam alinhados com o Programa Especial do PNPG, uniformizar estes eixos e domínios com os já definidos para esses Planos (Plano de Ação da reserva da Biosfera e Plano de Valorização para o PNPG).

Assim, foram definidos os seguintes Eixos e Domínios de Intervenção:

EIXOS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
Eixo1. Promoção do Território (imagem e identidade do PNPG)	• Comunicação, promoção e divulgação
Eixo 2. Desenvolvimento sócio- económico e utilização sustentável do território	• Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais; • Conservação e valorização do património cultural, material e imaterial; • Estruturação e qualificação da visitação; • Desenvolvimento Social
Eixo3. Conservação e Valorização do Património Natural	• Valorização da paisagem, dos ecossistemas e recursos naturais; • Promoção do conhecimento científico do património natural
Eixo 4. Informação, sensibilização e participação	• Informação e sensibilização; • Capacitação; • Participação e gestão colaborativa

4.2.5.2 definição das medidas de atuação

Após estarem sistematizados os Eixos e Domínios de Intervenção foi feito um trabalho com base na análise temática constantes da Portaria nº 67/2021 de 17 de março, que aprova o conjunto mínimo de indicadores de realização a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas, que permitiu definir medidas, para cada um dos domínios de intervenção.

Para o cumprimento dessas medidas será necessária a execução de um conjunto de projetos/ações, a definir pelos atores locais.

4.2.6. estabelecimento de parcerias no território

Nas sessões temáticas que vão ser desenvolvidas, participarão os membros da comissão de cogestão e da estrutura de apoio, consoante a sua experiência e conhecimento em cada uma das temáticas a abordar.

Dessa forma será possível averiguar da necessidade da criação de eventuais acordos de parceria entre as instituições e entidades locais de modo a que se consiga desenvolver projetos conjuntos para a persecução dos objetivos que se pretendem alcançar com a implementação das ações ou projetos propostos. Poderão ainda ser criadas parcerias entre as entidades locais que vão estar presentes nas sessões participativas e que entendam que podem desenvolver em conjunto projetos ou ações benéficas para mais do que uma entidade.

Estima-se que algumas destas parcerias possam ser estabelecidas ainda em 2021 (novembro/dezembro), sendo que esta atividade terá continuidade em 2022.

4.3 Promoção da gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão

4.3.1 Inquéritos de opinião

Foi já desenvolvido um inquérito de opinião que está disponível numa subpágina da página web da ADERE-PG destinada à Cogestão do PNPG. Através desse inquérito pretende-se recolher o máximo possível de opiniões relativos aos eixos, domínios de intervenção e medidas definidas, bem como obter propostas de projetos/ações passíveis de serem desenvolvidas através do plano de ação da cogestão.

https://www.adere-pg.pt/pt/consulta_publica.php

4.3.2. sessões participativas com todos os interessados na gestão da área protegida

Estas sessões estão já a ser realizadas, faltando apenas a concretização de uma, pelo que esta fase fica concluída em julho de 2021.

Devido à sessão de pandemia que estamos viver, as sessões são organizadas de modo a que possa haver participação presencial e online, tendo para isso de ser contratados alguns serviços de apoio informático de modo a garantir a qualidade da transmissão das sessões bem como possibilitar a participação de quem está a assistir remotamente.

São convidados para assistir a estas sessões as entidades relevantes com atuação no território do PNPG a nível nacional, regional e local

A. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE ÂMBITO NACIONAL, REGIONAL OU LOCAL DOS SETORES: AMBIENTE, FLORESTA, AGRICULTURA, ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO
B. COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS
C. CÂMARAS MUNICIPAIS
D. JUNTAS DE FREGUESIA DO PNPG
E. ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DO SETOR DO TURISMO
F. ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL
G. ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, EMPRESARIAIS E SIMILARES
H. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
I. INSTITUIÇÕES DE ENSINO
J. ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS, CONSELHOS DIRETIVOS DE BALDIOS, BALDIOS, ASSOCIAÇÕES DE PROPRIETÁRIOS, ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVA E ASSOCIAÇÕES E CLUBES DE CAÇA E PESCA
K. FORÇAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL
L. COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES
M. ASSOCIAÇÕES E GRUPOS LOCAIS DA CULTURA, ETNOGRAFIA, ARTES, DESPORTO E GRUPOS DE ESCUTEIROS
N. ENTIDADES DE SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E EMPREGO

4.3.3. reuniões com principais atores locais e outros interessados

Estas reuniões serão realizadas em outubro/novembro de 2021 e pressupõem o recurso a uma metodologia participativa, envolvendo os atores locais, que analisarão em grupo um conjunto de medidas que foram estabelecidas para cada domínio de intervenção, de modo a dar resposta aos indicadores de realização obrigatórios a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas (aprovados através da publicação da portaria nº 67/2021 de 17 de março) bem como a outros indicadores que a comissão de cogestão do PNPG assumiu como importantes para este território. Dessa análise conjunta surgirão propostas de ações/projetos que deverão ser priorizadas e incluídas no Plano de Ação da Cogestão do PNPG.

Para a realização dessas reuniões foram estabelecidas as temáticas já referidas, que serão discutidas em cada um dos municípios, à exceção da temática da proteção, socorro e segurança que será realizada numa sessão conjunta com todas as forças de segurança e proteção civil do PNPG.

- A) Ambiente e Desenvolvimento Rural: 5 sessões, 1 por município***
- B) Educação, formação e cultura: 5 sessões, 1 por município***
- C) Ação Social e saúde: 5 sessões, 1 por município***
- D) Desenvolvimento Económico: 5 sessões, 1 por município***
- E) Proteção, socorro e segurança: 1 sessão geral***

4.3.4. Consulta pública de proposta do Plano de Cogestão

Prevê-se que o Plano de Cogestão seja colocado em consulta pública durante o mês de dezembro de 2021, publicitado através de aviso por edital municipal e nos sítios na internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias (dando cumprimento ao número 2, do artigo 15º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto).

4.3.5 Divulgação periódica de informação relevante

A comissão de cogestão procederá à divulgação de informação relevante das atividades e ações desenvolvidas no decorrer da implementação do plano de cogestão, através da publicação de notas informativas nas suas páginas web, publicitação de notícias nos meios de comunicação social, entre outros. Procederá também à elaboração de memorandos dos quais constem as recomendações decorrentes das ações desenvolvidas no âmbito das sessões participativas .

4.4 Levantamento e planeamento no âmbito da sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente no PNPG

4.4.1 Levantamento dos principais atributos da área protegida que releva comunicar

Este trabalho será desenvolvido em estreita colaboração com o ICNF/PNPG, uma vez que existem já variadíssimos estudos de caracterização dos atributos desta área protegida. Temos também o envolvimento das entidades que integram a comissão de cogestão dado que desenvolveram já, ao longo dos anos, diversas publicações e edições de grande relevo e que interessam considerar para esta atividade.

4.4.2 Identificação das necessidades da área protegida em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visita

Também a este nível existe muita informação relevante decorrente dos muitos projetos desenvolvidos no território no âmbito da sensibilização, comunicação e informação. Assim, será elaborado até meados de novembro de 2021 um documento síntese que reflita as principais necessidades na área da informação, sensibilização e comunicação.

Considerando a existência das Portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês, uma em cada município, que funcionam como centros de receção e de informação ao turista e visitante, bem como do centro de educação ambiental do Vidoeiro e de alguns postos de informação turística dentro da área protegida, serão realizadas reuniões de trabalho com os gestores destes espaços para que se possa fazer a identificação das necessidades sentidas e apresentar propostas para melhoria dessas infraestruturas.

De forma a identificar quais são as expectativas dos professores dos ensinos básico e secundário relativamente à utilização do PNPG como sala de aula ao ar livre, serão desenvolvidas reuniões com os diretores dos agrupamentos escolares dos municípios integrados no PNPG e respetivos professores, principalmente de ciências naturais, geografia, história.

4.4.3 Elaboração de proposta de Plano de sensibilização/comunicação

Em dezembro de 2021 será trabalhada uma proposta de Plano de Sensibilização e comunicação do capital natural do Parque Nacional da Peneda-Gerês, prevendo-se a necessidade de contratação de uma empresa especializada em planeamento e comunicação.

4.5 Elaboração e aprovação do Plano de cogestão da área protegida e respetivo financiamento

4.5.1 Elaboração da Proposta do Plano de Cogestão

Considerando todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2021 pela comissão de cogestão, referido nos pontos anteriores, estaremos em condições de, até meados de dezembro de 2021, elaborar a proposta final do plano de cogestão, que deverá ter a seguinte informação:

- ❖ A caracterização da área protegida e o diagnóstico prospectivo do território do PNPG;
- ❖ O planejamento estratégico/ análise swot;
- ❖ O levantamento da situação atual relativa ao conjunto mínimo de indicadores de realização e a definição das metas a atingir;
- ❖ A definição de projetos e/ou ações prioritárias para a valorização da área protegida, considerando as diferentes temáticas que vão ser abordadas;
- ❖ Uma análise dos resultados decorrentes das ações de gestão participativas desenvolvidas ao longo do ano;
- ❖ Uma proposta de financiamento do Plano de Cogestão e a apresentação das parcerias constituídas para o desenvolvimento dos projetos/ações consideradas prioritárias.

4.5.2 Aprovação do Plano de Cogestão

Prevê-se que, e após o cumprimento de todos os requisitos necessários, nomeadamente a análise dos resultados da consulta pública obtidos, no final de dezembro de 2021 seja aprovado o Plano de Cogestão do PNPG.

V. Calendarização da implementação do Modelo de Cogestão em 2021

Atividades a desenvolver

	2021											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	agos	set	out	nov	dez
4.1) Dinamização do modelo de cogestão na área protegida												
4.1.1. apoio na concretização do modelo de cogestão- constituição da comissão de cogestão	X	X	X									
4.1.2. apoio à realização das reuniões da comissão de cogestão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4.1.3. definição do modo de relacionamento entre os elementos da comissão de cogestão		X	X	X	X	X						
4.1.4. estabelecimento de compromissos estratégicos entre os diferentes elementos integrantes da comissão						X						
4.1.5. proposta de Plano Anual de Atividades e Orçamento para 2021							X					
4.2) envolvimento dos principais atores locais na cogestão da área protegida												
4.2.1. identificação dos principais atores locais			X	X	X	X	X	X				
4.2.2. comunicação do modelo de cogestão aos atores locais							X					
4.2.3. caracterização do território e identificação de constrangimentos/potencialidades na gestão da área protegida (na perspetiva dos atores locais)		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
4.2.4. identificação de prioridades/necessidades do território pelos atores locais e de potenciais áreas de atuação conjunta					X	X	X	X	X			
4.2.5. identificação de propostas de projetos/ações na valorização da área protegida (pelos atores locais)										X	X	
4.2.6. estabelecimento de parcerias no território											X	X

	2021											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	agos	set	out	nov	dez
4.3) Promoção da gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão												
4.3.1. inquéritos de opinião							X	X	X	X		
4.3.2. sessões participativas com todos os interessados na gestão da área protegida							X					
4.3.3. reuniões com principais atores locais e outros interessados										X	X	
4.3.4. Consulta pública de proposta do Plano de Cogestão												X
4.3.5. divulgação periódica de informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida				X	X	X	X	X	X	X	X	X
4.4. Levantamento e planeamento no âmbito da sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida												
4.4.1. levantamento dos principais atributos da área protegida, que releva comunicar						X	X	X	X	X		
4.4.2. Identificação das necessidades da área protegida em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visitação						X	X	X	X	X		
4.4.3. elaboração de proposta de plano de sensibilização/comunicação												X
4.5) elaboração e aprovação do Plano de cogestão da área protegida e respetivo financiamento												
4.5.1. elaboração da proposta de cogestão						X	X	X	X	X	X	X
4.5.2. aprovação do plano de cogestão, ponderando e considerando os resultados da consulta pública												X
Outras atividades												
reporte ao ICNF, I.P e à comissão de cogestão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
reporte ao Fundo Ambiental					X						X	

VI. Orçamento global para 2021

Ações a desenvolver	Gasto 2021	Gasto discriminado 2021	Fontes de Financiamento		Saldo
			Fundo Ambiental	Outro	
4.1) Dinamização do modelo de cogestão na área protegida	12 947,26 €	12 947,26 € Remunerações Eq.Técnica	12 947,26 €	0,00 €	0,00 €
4.2) Envolvimento dos principais atores locais na cogestão da área protegida	9 407,46 €	9 407,46 € Remunerações Eq.Técnica	9 407,46 €	0,00 €	0,00 €
4.3) Promoção da gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão	4 978,19 €	1 754,19 € Remunerações Eq.Técnica 1 440,50 € Deslocações 1 476,00 € Alugueres 307,50 € Apoio informático	4 978,19 €	0,00 €	0,00 €
4.4. Levantamento e planeamento no âmbito da sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida	12 078,77 €	4 083,77 € Remunerações Eq.Técnica 7 995,00 € Trabalhos Especializados	12 078,77 €	0,00 €	0,00 €
4.5) elaboração e aprovação do Plano de cogestão da área protegida e respetivo financiamento	4 380,81 €	4 380,81 € Remunerações Eq.Técnica	4 380,81 €	0,00 €	0,00 €
Total Orçamento Cogestão	43 792,48 €		43 792,48 €	0,00 €	0,00 €

	2021											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	agos	set	out	nov	dez
4.1) Dinamização do modelo de cogestão na área protegida												
4.1.1. apoio na concretização do modelo de cogestão- constituição da comissão de cogestão	1 204,12 €	602,06 €	481,65 €									
4.1.2. apoio à realização das reuniões da comissão de cogestão	1 204,12 €	602,06 €	481,65 €	709,05 €	567,24 €	354,52 €	350,84 €	400,96 €	467,78 €	467,78 €	935,57 €	1 403,35 €
4.1.3. definição do modo de relacionamento entre os elementos da comissão de cogestão		602,06 €	481,65 €	709,05 €	567,24 €	354,52 €						
4.2) Envolvimento dos principais atores locais na cogestão da área protegida												
4.2.1. identificação dos principais atores locais			481,65 €	709,05 €	567,24 €	354,52 €	350,84 €	400,96 €				
4.2.3. caracterização do território e identificação de constrangimentos/potencialidades na gestão da área protegida (na perspetiva dos atores locais)		602,06 €	481,65 €	709,05 €	567,24 €	354,52 €	350,84 €	400,96 €	467,78 €	467,78 €		
4.2.4. identificação de prioridades/necessidades do território pelos atores locais e de potenciais áreas de atuação conjunta					567,24 €	354,52 €	350,84 €	400,96 €	467,78 €			
4.3) Promoção da gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão												
4.3.1. inquéritos de opinião							307,50 €					
4.3.2. sessões participativas com todos os interessados na gestão da área protegida							2 114,94 €					
4.3.3. reuniões com principais atores locais e outros interessados										1 043,98 €	1 511,77 €	
4.4. Levantamento e planeamento no âmbito da sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida												
4.4.1. levantamento dos principais atributos da área protegida, que releva comunicar						354,52 €	350,84 €	400,96 €	467,78 €	467,78 €		
4.4.2. Identificação das necessidades da área protegida em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visitação						354,52 €	350,84 €	400,96 €	467,78 €	467,78 €		
4.4.3. elaboração de proposta de plano de sensibilização/comunicação												7 995,00 €
4.5) Elaboração e aprovação do Plano de gestão da área protegida e respetivo financiamento												
4.5.1. elaboração da proposta de cogestão						354,52 €	350,84 €	400,96 €	467,78 €	467,78 €	935,57 €	1 403,35 €